



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|------------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB | Deputado CAÍTO QUINTANA |
| PFL | Deputado ÉLIO RUSCH |
| PT | Deputado ÂNGELO VANHONI |
| PP | Deputado SÉRGIO SPADA |
| PPR | Deputado CÉSAR SELEME |
| PSC | Deputado JOCELITO CANTO |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |
| PSDB | Deputado CEZAR SILVESTRI |

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 76.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Lei n° 301/95, de autoria do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e,

com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final dos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2400

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas em 1ª discussão ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2404

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 54, XXXIV da Constituição do Estado do Paraná, a convocação do secretário de Finanças estadual, Sr. Miguel Salomão, para prestar, pessoalmente, informações sobre o pleito da INPACEL de isenção do ICMS e a posição do governo estadual, dia 29 de agosto do corrente, em sessão pública nesta Casa.

Outrossim esclarecem ainda que o assunto exige esclarecimentos, em nome dos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, que devem reger a Administração Pública, e, portanto, pode o secretário ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa ou de informações falsas, conforme dispositivo constitucional supracitado.

Assim, pelo cumprimento do papel fiscalizador deste Poder Legislativo, aguardamos o deferimento de plano.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

e PÉRICLES MELLO.

REQUERIMENTO N° 2399

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ivar Ranzi, ex-Prefeito de Céu Azul, ocorrido no dia 22 de agosto de 1995.

Curitiba, quinta, em 24.08.95

Requerem ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à rua Curitiba, 1726, 85840-000 - Céu Azul - Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(aa) DUÍLIO GENARI
SÂMIS DA SILVA
SÉRGIO SPADA
e NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Perde Céu Azul uma das pessoas mais ilustres, que tanto contribuiu no seu engrandecimento e que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidido, brava gente, honrado, respeitado e mais particularmente, faz parte dos fatos notáveis ocorridos na história do desenvolvimento daquele Município, Região Oeste e também do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo aniversário, nesta data, da independência da Ucrânia da extinta União Soviética. Outrossim, solicita que a decisão da mesa seja encaminhado cópia ao Presidente da União Agrícola Instrutiva, Sr. Júlio Stora sito a Rua Augusto Stelfeld, 410 Cep. 80.410-140 Curitiba-PR e a Embaixada da Ucrânia sito a CHIF - QL6 conjunto 02 casa n° 17, Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 2406

Senhor Presidente.

A importância da mulher e da família na sociedade estará sendo debatida, no dia de hoje, no 1° ENCONTRO SOBRE A MULHER, FAMÍLIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, com autoridades e estudiosos do assunto, do Paraná e outros Estados. Entre esses a Vice-Governadora do Paraná, Emilia Belinati, Vereadora de Curitiba, Rosa Maria Chiamulera, Deputada do Rio Grande do Sul, Jussara Cony e a Coordenadora Nacional da Liga das Mulheres Eleitorais do Brasil, Dra. Livia Maria de Ledo de Abreu.

Pela importância do encontro, que faz de Curitiba e do Paraná, o centro das discussões do papel da mulher no lar, no trabalho, na política e na sociedade, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "VOTOS DE LOUVOR E CONGRATULAÇÕES" aos promotores e participantes do 1° ENCONTRO SOBRE A MULHER, FAMÍLIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL", que realiza nesta data, no Centro de Convenções de Curitiba.

Requer ainda, uma vez aprovada a pre-

sente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Câmara Municipal de Curitiba, na pessoa de seu Presidente, Vereador Iris Simões e da Vereadora Rosa Maria Chiamulera.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2409

Senhor Presidente.

Visando debater o papel da mulher e as políticas sociais, como questão de cidadania, realiza-se, nesta data, nas dependências desta Assembleia, o III Seminário de Habitação "Mutirão Mãe Chefe de Família", promovido pela Confederação das Mulheres do Brasil e como preparatório para a Conferência Mundial de Assentamentos Humanos - HABITAT, a realizar-se em Istambul em 1996.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição que da mesma seja dado conhecimento à Senhora Rosanita Campos, Presidente da Confederação da Mulher do Brasil, à Senhora Alzimara Bacelar, Presidente da Seção do Paraná, ressaltando a importância do evento que traz autoridades de todo o País para debater matéria de tão grande importância para a sociedade em geral.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2410

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Congratulações" com a Associação Comercial e Industrial de Pinhais - ACIPI, pela posse de sua nova diretoria, ocorrida no último dia 23.

A nova diretoria da ACIPI é presidida pelo empresário EDSON LUIZ ULRICH e tem como membros destacados empresários do Município de Pinhais.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à diretoria empossada na pessoa de seu Presidente, Senhor Edson Luiz Ulrich.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo pela passagem do dia do corretor de imóveis. 27 de agosto é a data oficial do reconhecimento profissional da categoria,

ocorrido no ano de 1.962.

É uma data de grande importância, pois ocorreu uma luta de vários anos, durante os quais os corretores de imóveis batalhavam para ter o seu exercício profissional reconhecido, regulamentado e protegido.

A luta foi tão intensa que 14 anos depois, a referida lei foi considerada inconstitucional, porém, dois anos depois, em 1.978 a profissão do corretor de imóveis voltou a ser reconhecida oficialmente.

Vale lembrar que o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Paraná conta hoje com aproximadamente 2.600 associados em todo Estado.

Com as congratulações desta Casa a todos os corretores de imóveis do Paraná, requer-se por último que desta decisão seja dada ciência ao SINDIMÓVEIS - Sindicato dos Corretores de Imóveis do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2393

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor DAVID VICENTE DE PAULA NIECE, farmacêutico há 42 anos atuando em nossa Cidade, no Bairro do Bacacheri. É um profissional muito dedicado a seus amigos, esmerado no atendimento diário a seus clientes. O Sr. David nasceu em Castro, onde cursou até o 1° ano da Escola de Comércio, quando em 1949 transferiu-se para Curitiba, matriculando-se na Escola de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, concluindo seu curso em 1950. Em 1953 iniciou sua atividade no comércio farmacêutico trabalhando com seu irmão Alberto na Farmácia São Domingos no Bacacheri, tornando-se seu proprietário até 1983. Em 1984 iniciou atividades na Farmadavi onde é seu atual proprietário. Lideranças deste porte, pessoas com esta vivência merecem o reconhecimento e o aplauso desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2394

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. HENRIQUE FEDERMANN, cirurgião dentista formado há 36 anos, atuando no Município de Campo Largo, onde

goza de grande prestígio, consideração e admiração de toda a Comunidade. Trata-se de um profissional sério, competente, sempre disposto a atender quem o procura. Ao longo destes anos sempre angariou o carinho e a simpatia do povo de Campo Largo, por sua dedicação. Tem participado de campanhas comunitárias, de obras e serviços assistenciais empenhando-se sempre pelo bem-estar da gente de Campo Largo. Lideranças deste porte, pessoas com esta vivência merecem o aplauso e o registro desta Casa de Leis!

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2392

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Camponesa, os quais pedem policiamento ostensivo em todo o conjunto.

Segundo os moradores, desocupados roubam e amedrontam as famílias e o pavor toma conta de todos.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2395

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAIME LERNER, Mui Digno Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIS MASARO HAYAKAWA, Mui Digno Diretor-Presidente da COMEC, no sentido que determinem a realização de estudos urgentes visando a efetiva integração do transporte coletivo da capital, objetivando a redução dos custos com o transporte da população da região.

Requer outrossim, o envio de correspondência com inteiro teor do presente, às Prefeituras Municipais componentes da Associação de Municípios da Região Metropolitana de Curitiba-ASSOMEQ.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor ARMANDO MARTINS RAGGIO, Secretário de Estado da Saúde, solicitando

Curitiba, quinta, em 24.08.95

Pág. 05

a liberação de recursos financeiros para o Hospital Regional de Irati.

São enormes as despesas de um hospital, principalmente quando ele presta atendimento a vários municípios da região. Para garantir o seu bom funcionamento, há necessidade de aquisição de materiais e equipamentos.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação da Escola Santa Tereziinha - construção de 03 (três) salas de aula, no Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em forma de SUGESTÃO, no sentido de que com a maior brevidade possível, sejam adotados procedimentos com o objetivo de incentivar o surgimento de mecanismos que facilitem a criação de um PÓLO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA CONFECÇÃO DO PARANÁ, liderado pelo Município de Maringá, conforme documento (cópia em anexo) entregue a Excelentíssima Senhora Emilia Belinati - Digníssima Vice-Governadora do Estado, no último dia 22, quando da solenidade de abertura da FEIPAR MODA 95, naquela cidade.

Requer ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência aos idealizadores do projeto:

- Doutor SAID FELÍCIO FERREIRA

Digníssimo Prefeito do Município de Maringá.

Av. XV de Novembro, 701 - Maringá/PR - CEP 87013/230

- Doutor PEDRO GRANADO MERTINES

MD Presidente.

ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá.

- Senhor ANTONIO FERNANDES RECCO

MD. Presidente Sindicato da Indústria do Vestuário.

- Doutor MASSAO TSUKADA

MD. Presidente IDR - Instituto para o Desenvolvimento Regional.

Rua Neo Álvés Martins, 2321 - Maringá/PR - CEP 87013-060

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A questão do desenvolvimento social vem sendo abordada pelas comunidades como política de base, em caráter de prioridade, no plano das administrações públicas. A questão da indústria é um grande desafio por ser elo vulnerável da corrente motora da evolução, e como componente assencial do processo de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Para se atingir este objetivo é importante que metas sejam traçadas e parcerias sejam feitas. Temos que ter a confiança do empresariado que vai fazer parte do projeto.

Com economia forte, Maringá aposta na integração regional, e por acreditarmos que a criação do referido pólo irá beneficiar as empresas, governo, trabalhadores e consumidores, temos certeza de que o Governo do Estado se empenhará no atendimento desta justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 2405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja solicitado da Secretaria dos Transportes, informações sobre a obra que está sendo realizada com recursos do Governo do Estado, na Avenida BEIRA-RIO, na cidade de Foz do Iguaçu, com os seguintes pedidos:

- Cópia do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes.

- Valores das faturas efetivamente pagas pela Secretaria de Estado dos Transportes, conforme medição fiscalizada pelo D.E.R., mês a mês;

- Valores da contrapartida efetivamente pagos pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, mês a mês;

- Cópia do licenciamento dos organismos ambientais para a construção da obra, bem como do Relatório de Impacto Ambiental;

- Quantitativo da obra e preços unitários;

- Cópia do projeto da obra, contendo as características da Avenida Beira-Rio.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Tendo a preocupação de manter informada a comunidade de Foz do Iguaçu, sobre o andamento desta obra, bem como manter uma transparência sobre os custos e investimentos na Avenida Beira-Rio, tomo a liberdade de buscar junto ao Senhor Secretário

dos Transportes as informações que como parlamentar necessito para manter informada e com a devida precisão a comunidade de Foz do Iguaçu. Não vai aqui, qualquer pretensão de nossa parte de exercer função de política ou de fiscalizador de obras, mas única e exclusivamente manter bem informada a comunidade que me trouxe à Assembleia Legislativa.

Esperamos com isso estarmos no pleno exercício de nossa função de legislador.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 044/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autoriza a realização de plebiscito na área a seguir descrita, para que a população decida sobre a transferência da referida área, do Município de Turvo para o Município de Prudentópolis:

"Tem o ponto de partida na confluência do arroio da Zona Colonizada, também conhecido como arroio Faxinal da Boa Vista, com o rio Marrecas, subindo por este até a confluência com o arroio da Areia, sobe por este até atingir a linha seca de divisa com o Município de Prudentópolis, segue por esta até atingir o arroio da Zona Colonizada, descendo por este até a sua confluência com o rio Marrecas, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A área em questão passou a pertencer ao Município de Turvo, através de uma retificação de divisas proporcionadas pela Lei n° 7.727, de 25 de julho de 1.983; repara-se que o Município de Turvo foi emancipado pela Lei n° 7.576, de 12 de maio de 1.982.

Liga-se esta área, rodoviariamente, a ambas as sedes municipais, tanto à de Turvo como à de Prudentópolis, sendo que desta, respectivamente, 30 Km e 70 Km das sedes. A isto, é de se acrescentar, que se a ligação com Prudentópolis foi feita por rodovia pavimentada, a distância aumentará de 70Km para 100Km da área.

Do ponto de vista da economicidade, verifica-se que o atendimento das necessidades básicas da população, quer em termos de saúde ou de educação, bem como outras expectativas pertinentes, pode ser melhor providenciado pelo município que se encontra fisicamente mais próximo.

Indo além, verifica-se na própria po-

pulação interessada, a existência de interesse na manutenção do Status quo, o que virá a ser evidenciado quando do resultado da consulta que ora é proposta.

Assim sendo, solicitamos dos nobres Pares a atenção e a conseqüente aprovação à matéria em tela.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 045/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O art. 1°, da Resolução n° 15/93, de 30 de setembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita para que a população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha, desmembrando-o do Município de Guarapuava."

1) Com o Município de Turvo

Inicia no encontro da Estrada GA-125 com o rio Paiquerê, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudeste até a cabeceira do rio Jacu, desce por este até encontrar a PR-460, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a Estrada GA-313, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o arroio Fundo.

2) Com o Município de Guarapuava

Inicia no encontro da Estrada GA-313 com o arroio Fundo, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até a cabeceira do arroio Gramado, desce por este até a sua foz no rio dos Fieiros, desce por este até sua foz no rio Coutinho, desce por este até a foz do rio Campo Novo, sobe por este até a foz de um afluente à margem direita do rio Campo Novo, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste, até a BR-460, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar o rio Coutinho, desce por este até encontrar a BR-277, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o rio Campo Real.

3) Com o Município de Cândói

Inicia no encontro da BR-277 com o rio Campo Real, sobe por este até a confluência com o rio Lajeado dos Porcos, sobe por este até encontrar a Estrada GA-150, segue por esta no sentido geral Sudoeste até encontrar a Estrada GA-515, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar o rio Cavernoso, sobe por este até a foz do rio do Poço, sobe por este até a foz do arroio Barro Preto, sobe por este até encontrar a Estrada GA-149, segue por esta

Curitiba, quinta, em 24.08.95

na direção geral Oeste até encontrar a Estrada GA-132, segue por esta na direção geral Nordeste até defrontar com a cabeceira do rio da Divisa.

4) Com o Município de Guarapuava

Inicia na Estrada GA-132 defronte a cabeceira do rio da Divisa, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do rio da Divisa, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do rio do Baú, desce por este até a confluência com o rio Veado, sobe por este até encontrar a Estrada GA-134, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar a Estrada GA-125, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o rio Paiquerê.

MEMORIAL DESCRITIVO DE PERÍMETRO URBANO

Começando do P.P.O.M.I., cravado na linha poligonal perimétrica junto da esquina com a rua Dom Pedro II e a rua Emílio de Campo, segue por uma linha seca poligonal perimétrica confrontando com terras pertencentes a sucessores de Cipriano M. de Campo, com percurso retilíneo a rumo SW 5°00'NE e mediu-se 186,00 m, até encontrar o limite do acostamento da Rodovia PR-460 na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo limite do acostamento da Rodovia PR-460, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Maria Berger da Silva e outros. Mediu-se 432,00m até encontrar uma cerca de arame na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica por uma cerca de arame com rumo SW 34°00'NE. Mediu-se 18,00m até encontrar o marco IV. Desse marco, segue por linha seca perimétrica com percurso retilíneo acompanhando a Av. Manoel Moreira Campos, com o rumo de NE 18°30'SW, mediu-se 665,00m até encontrar a rua Antônio França. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela rua Antônio França, confrontando com terras pertencentes a sucessores de Maria Berger da Silva, com percurso retilíneo e a rumo de SE 71°30' NW e mediu-se 353,00 m, onde encontra-se a esquina com a rua Emílio de Campos, deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela rua Emílio de Campos com percurso retilíneo a rumo de SW 18°30' NE. Mediu-se 120,00 m até encontrar a esquina da rua Alípio Marcondes na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela rua Alípio Marcondes, com percurso retilíneo a rumo de SE 71°30' NW e mediu-se 70,00m até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica com percurso retilíneo com rumo de SW 18°30' NE mediu-se 220,00m, até encontrar a rua João de Deus Biscaia

Deste ponto, segue por uma linha seca perimétrica com percurso retilíneo acompanhando a rua João de Deus Biscaia com rumo SE 71°NW, mediu-se 52,00 até a linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pelo prolongamento da rua Eugênio Branco com rumo de SW 18°30' NE mediu-se 55,00 m onde encontra-se a Estrada para o Cerro Verde. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela estrada que se dirige para o Cerro Verde, com o rumo de SE 87°30' NW mediu-se 66,00m até a linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha seca poligonal perimétrica confrontando com as terras do imóvel denominado Butiá, com os rumos sucessivos de SE 1° 30'NW mediu-se 80,00m a rumo de SE 23°30'NW, mediu-se 64,00m até encontrar a linha perimétrica, na divisa com terras de Cipriano M. de Campos.

Finalizando, segue pela linha perimétrica com percurso retilíneo, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Cipriano M. de Campos, com rumos sucessivos de SW 83°30' NE mediu-se 28,00m a rumo de SW 75°00'NE, mediu-se 62,00m a rumo SW 69°00'NE, mediu-se 260,00m até encontrar o P.P.O.M.I., descrito na inicial onde começou e encerra a descrição.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.95

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução n° 15/93, de 30 de setembro de 1993, foi promulgada por esta Casa de Leis, autorizando a realização de plebiscito no Distrito de Palmeirinha, com o objetivo de desmembrá-lo do Município de Guarapuava.

Em 05 de maio de 1995, o Município de Guarapuava, através de seu Prefeito, requereu perante o Tribunal Regional Eleitoral, a suspensão da realização do plebiscito marcado para o dia 28 de maio de 1995, arguindo que a descrição do distrito desmembrante engloba a área conhecida por Fortim Atalaia, marco histórico de Guarapuava que não poderia ser desmembrado sob pena de quebra da continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano, argumentando que o referido Fortim é o marco inicial de Guarapuava, a partir do qual ocorreu todo o seu desenvolvimento histórico.

Ao apreciar o pedido de objeção, o Tribunal Regional Eleitoral adiou a consulta popular para oportunizar a manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Acatando as reivindicações da comunidade guarapuavana e o aconselhamento do próprio Tribunal Regional Eleitoral é que

apresentamos o presente Projeto de Resolução, com novo memorial descritivo, eliminando a arguida quebra da unidade, continuidade e identidade histórica de Guaraçuva, excluindo do território do futuro município a área da "Fazenda Atalaia", local em que situa-se o marco do Fortim Atalaia, razão pela qual, a área plebiscitária sofreu redução de 16,5 km².

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 337/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A participação dos servidores e empregados públicos nas direções das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público se dará por meio de um Diretor Representante e de um Conselho de Representantes eleitos dentre e pelos servidores e empregados públicos nas respectivas instituições.

Art. 2° - O Diretor-Representante e o Conselho de Representantes têm como competência:

I - organizar os servidores e empregados públicos, visando a integração e a participação dos mesmos na administração e planejamento das instituições;

II - buscar todas as formas que levem à democratização nas instituições, em todos os níveis, servindo de efetivo canal de integração e comunicação;

III - atuar como instrumento de participação na definição de objetivos e prioridades e na elaboração de diretrizes de gerenciamento gerais e funcionais das instituições;

IV - zelar pelos bens das instituições, fiscalizando e denunciando as ações e procedimentos lesivos ao seu patrimônio e a moralidade pública;

V - zelar pelo direito de defesa das partes nas situações de conflito entre os diversos escalões da direção e os servidores e empregados públicos;

VI - acompanhar a atuação das instituições que representam, tanto em seu relacionamento com os servidores e empregados públicos, como em relação à comunidade a que prestam serviços.

Art. 3° - São atribuições do Diretor-Representante:

I - presidir o Conselho de Representantes;

II - participar das reuniões de diretoria (executiva ou plena) com direito a voz e voto;

III - convocar as eleições para Diretor-Representante e para os membros do Conselho de Representantes;

IV - convocar as reuniões ordinárias e

extraordinárias do Conselho de Representantes.

Art. 4° - São atribuições do Conselho de Representantes:

I - constituir-se no órgão representativo e deliberativo dos servidores e empregados públicos;

II - debater propostas que visem atender às diretrizes gerais e funcionais das instituições;

III - formular seu regimento interno;

IV - manter contato com os servidores e empregados públicos da sua área de atuação, individual ou coletivamente, organizando suas reivindicações e sugestões;

V - convocar reuniões extraordinárias, com assinatura de, no mínimo, 1/3 dos membros do Conselho de Representantes;

VI - convocar as eleições para Diretor Representante e para os membros do Conselho de Representantes;

VII - participar ou indicar representantes para comissões internas ou externas, quando do seu interesse.

Art. 5° - A coordenação executiva do Conselho de Representantes será composta de seis membros, eleitos pelo próprio Conselho, cujas funções específicas serão definidas no seu Regimento Interno.

Art. 6° - O Diretor Representante e o Conselho de Representantes convocarão as eleições e nomearão a Comissão Eleitoral, à qual competirá dirigir o processo eleitoral.

Art. 7° - O Diretor Representante e o Conselho de Representantes serão eleitos simultaneamente, através de voto secreto, não obrigatório e direito de todos os servidores e empregados públicos das respectivas instituições e empresas públicas.

Art. 8° - Podem se candidatar a diretor e conselheiro representantes todos os servidores e empregados públicos das respectivas instituições e empresa que sejam funcionários efetivos destas a mais de dois anos.

Art. 9° - Cada candidato a Conselheiro Representante se inscreverá com o respectivo suplente, o qual assumirá como titular em caso de impedimento ou vacância do cargo deste.

Art. 10 - Não é permitido o registro cumulativos de candidaturas a Conselheiro Representante e Diretor Representante.

Art. 11 - O mandato do diretor representante e dos conselheiros representantes será de dois (2) anos a contar da data da posse, sendo permitida uma (1) reeleição.

Parágrafo Único - O mandato dos eleitos será inviolável, sendo vedada qualquer interferência externa em seu exercício.

Art. 12 - É garantida a estabilidade no emprego aos candidatos a Diretor Representante e a Conselheiro Representante, bem como aos respectivos suplentes, desde

o registro da sua candidatura até sessenta (60) dias após a promulgação do resultado da eleição pela Comissão Eleitoral.

Art. 13 - Tem o direito a ser votado para o cargo de Diretor Representante ou Conselheiro Representante qualquer servidor ou empregado público, no âmbito da instituição à qual tem vínculo empregatício, exceto:

- I - diretores;
- II - os membros da Comissão Eleitoral;
- III - os que estejam à disposição de outros órgãos governamentais;
- IV - os menores de 18 anos.

Parágrafo Único - É vedada a estipulação de requisitos prévios ao registro das candidaturas, salvo os previstos nesta lei.

Art. 14 - Tem o direito de votar qualquer servidor ou empregado público, no âmbito da instituição à qual tem vínculo empregatício.

Art. 15 - Considera-se eleito diretor representante o candidato mais votado.

Parágrafo Único - Caso nenhum dos candidatos a diretor representante obtenha a maioria absoluta (50% + 1) dos votos válidos, haverá um segundo escrutínio no prazo mínimo de 25 dias e no máximo de 30 dias após a proclamação do resultado do primeiro turno, concorrendo, então, apenas os dois candidatos mais votados, sendo o candidato vencedor aquele que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

Art. 16 - Consideram-se eleitos conselheiros representantes os candidatos mais votados nas respectivas áreas.

Art. 17 - Ocorrerá a vacância do cargo de diretor representante e de conselheiro representante nos seguintes casos:

- I - por morte;
- II - por renúncia do titular, comunicada por escrito ao Conselho de Representantes;
- III - por cessação do vínculo empregatício com a instituição.

§ 1º - Sendo confirmada a vacância do cargo de diretor representante, será convocado o respectivo suplente.

§ 2º - Ocorrendo a vacância do cargo de conselheiro titular será convocado o respectivo suplente.

Art. 18 - Os candidatos terão direito à liberação de uma semana de trabalho para a realização da campanha eleitoral.

Art. 19 - É assegurado ao diretor representante e ao conselheiro representante, no exercício de suas funções:

- I - a infra-estrutura logística, financeira, humana e de comunicação;
- II - estabilidade no emprego, inclusive para os suplentes, desde o registro da candidatura até dois anos após o término do mandato, se eleito, salvo se cometer falta grave definida em lei, e mediante a

conclusão de competente processo administrativo onde sejam respeitados os princípios do contraditório pleno de ampla defesa;

III - transferência de área somente por iniciativa própria;

IV - a carga horária de dois (2) dias de trabalho por semana para as atividades de representação, sendo que, quando da convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias, serão de imediato liberados, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo;

V - liberação, por tempo integral, dos membros da coordenação executiva do Conselho de Representantes, para o exercício de suas funções;

VI - entrar em contato, nos locais de trabalho, com os representantes de sua área de atuação, como também a convocação dos funcionários para reuniões, em horário de expediente, sempre que necessário.

VII - participação nos processos de promoções, plano de carreira a comissionamento;

VIII - o acesso a todo e qualquer documento e informação da instituição onde atua.

Art. 20 - O regimento interno do Conselho de Representantes deverá, no mínimo, dispor sobre:

- I - organização e funcionamento;
- II - composição e forma de representação, considerando o número, a proporcionalidade e áreas de atuação dos membros do Conselho;
- III - periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho de Representantes;
- IV - critérios para a formação da Comissão Eleitoral e regras do processo eleitoral.

Art. 21 - Fica obrigado o representante do Estado nas Sociedades onde o mesmo é acionista a propor às Assembleias Gerais. Extraordinárias destas instituições convocadas especialmente para a alteração dos Estatutos Sociais a inclusão, no Capítulo das Disposições Gerais, de artigos com o seguinte conteúdo:

- I - a sociedade terá, na sua direção, um diretor representante dos empregados.
- II - o diretor representante, empregado da empresa, será indicado ao órgão dirigente da mesma através de eleição direta pelos seus empregados.

III - haverá ainda um Conselho de Representantes, com composição a ser definida em cada empresa ou sociedade, a ser eleito pelos empregados.

IV - a organização e composição do Conselho de Representantes serão definidos em regulamento próprio.

Art. 22 - Após a diplomação do diretor representante pela Comissão Eleitoral, o Conselho de Administração terá o prazo de

até 15 dias para empossá-lo.

Art. 23 - Os casos omissos nesta Lei serão definidos no regimento interno do Conselho de Representantes.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - Nas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, onde não houver Diretor Representante e/ou Conselho de Representantes dos servidores e empregados públicos, as eleições realizar-se-ão em até quarenta e cinco dias (45) da promulgação da presente Lei.

Parágrafo Único - Os servidores e empregados públicos elegerão a Comissão Eleitoral, composta por representantes de toda a instituição, que definirá a sistemática e procederá à eleição do Diretor Representante e do Conselho de Representantes.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.95.

(a) ANGELO VANHONI

Apoio: Irineu Colombo. Doutor Rosinha, Péricles de Mello, Algaci Túlio, José Maria Ferreira. Toti Colaço e Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Um dos pressupostos essenciais das administrações públicas modernas é o princípio da transparência administrativa, que, no estado brasileiro, está insculpido no "caput" do art. 37, da Constituição Federal.

Este princípio parte do entendimento que, sendo a "coisa pública" do povo (no dizer dos romanos, "res publica, res populi"), deve a administração pública sempre agir com a mais absoluta clareza em suas ações, bem como os atos por ela produzidos devem ter seu processo de produção amplamente esclarecidos, permitindo, desta forma, o controle da população destinatária final e "proprietária", em última instância, do Poder Público.

Este princípio da transparência administrativa se viabiliza e se torna realidade quando a população pode participar diretamente dos processos de decisão dos atos públicos e de definição das prioridades governamentais.

Exemplos como o orçamento Participativo, implementado pela Prefeitura de Londrina, demonstram como é possível tornar realidade efetiva o princípio da transparência administrativa.

Mas existem também outras formas de se garantir o acesso da população aos processos de produção dos atos da administração pública. São os conselhos populares, onde

representantes da população participam e decidem a ação de instâncias da administração pública e, em consequência, fiscalizam a ação destes órgãos.

O presente projeto de lei visa introduzir, como regra para a administração pública estadual, a participação de representantes dos empregados e servidores públicos em todas as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, nos respectivos Conselhos Administrativos que dirigem tais instituições.

Esta participação dos servidores e empregados públicos, que já é prática histórica em diversas instituições federais (como Banco do Brasil), tem por função fundamental garantir um canal democrático de diálogo entre a sociedade civil, representada inquestionavelmente pelos funcionários destas instituições, e a administração pública.

Esta relação democrática ajuda a viabilizar a definição de objetivos mais claros para as instituições públicas envolvidas, estruturando um vetor de democratização da sempre conturbada relação entre servidores e empregados públicos e as respectivas instituições onde estes laboram.

Assim, fica criado um espaço claro de resolução dos conflitos, além de, ao mesmo tempo, ser garantida a transparência do processo de direção destas instituições.

É necessário ressaltar que a participação de representantes de funcionários e trabalhadores nas administrações de empresas é prática regra de qualquer Programa de "Qualidade Total" na iniciativa privada.

Os estudos mais recentes revelam, inclusive, enormes ganhos de produtividade nas empresas que democratizaram suas instâncias decisórias e as tornaram acessíveis para seus empregados, através de representantes e conselhos de funcionários idênticos ao proposto pelo Projeto de Lei em tela.

No Estado de São Paulo, a participação de representantes de servidores e empregados públicos nas instituições do Poder Público já é Lei e os resultados desta participação já são visíveis.

Não é possível que o Estado do Paraná, que sempre se colocou como estado onde a administração pública possui um mínimo de profissionalismo, fique atrasado em iniciativas como esta.

Pelo exposto, convocamos os nobres Pares desta Egrégia Casa de Leis a somarem esforços conosco para a aprovação deste Projeto, de forma a assegurar a eficiência e a democratização das instituições mantidas pelo Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido passa-se ao Horário do Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O dia de ontem com certeza marca na questão política e econômica do país um ponto de partida para, quem sabe, rumo ao desconhecido. As presenças dos Ministros: Malan, Serra e Jobim junto aos Senhores Parlamentares e à Imprensa Nacional apresentando a proposta de reforma tributária deste País, pode, com certeza, nos levar a um rumo incerto e não sabido.

E nós, os paranaenses com certeza, teremos que estar muito atentos ao andamento desta proposta de reforma tributária a nível de Congresso Nacional.

Porque, sem sombra de dúvida, o Paraná vem experimentando desde 88 quando promulgada foi a Constituição Federal perdas permanentes em sua arrecadação em função, principalmente, de uma política tributária adotada neste País que nos leva a perda de milhões e milhões de dólares todos os anos.

Os nossos governantes: sejam os que já passaram, seja o atual Governador, permanentemente viaja para o exterior em busca de recursos para financiar os programas de melhoria das condições de vida do povo do Paraná para financiar o desenvolvimento deste Estado.

E enquanto eles estão indo lá buscar dinheiro para o Estado do Paraná na forma de financiamento, outros Estados do País buscam gratuitamente no Estado do Paraná, recursos para financiar as suas economias, o seu desenvolvimento na forma de transferência pura e simples da produção do Estado do Paraná.

Sem que, para isso, se retorne ao Estado qualquer tipo de tributo muito menos o ICMS. O caso que mais nos chama a atenção e já foi por nós divulgado e alardeado nesta Casa e na Imprensa deste Estado e de outros Estados da Região Sul, diz respeito ao ICMS da energia elétrica que não se cobra em função de um dispositivo constitucional e que isso representa uma perda ao Paraná ao redor de 400 milhões de dólares/ano.

Cada ano nosso, só com o ICMS de energia vale por todo esse esforço de empréstimo que faz o governo atual de trazer 415 milhões de dólares do Banco Mundial para instituir o Paraná Urbano ou mais 400 milhões para instituir o Paraná 12 meses.

Vejam, Senhores Deputados, que a cada

ano perde o Paraná este volume de dinheiro que nos colocaria numa situação privilegiada e não precisar recorrer aos mecanismos e aos agentes financeiros internacionais para financiar o nosso desenvolvimento.

A nossa própria produção seria capaz de gerar recursos que seriam reinvestidos no Paraná e nós, com certeza, estaríamos realimentando a nossa economia, gerando o nosso progresso sem ter que comprometer o nosso Estado com dívida externa.

Hoje lendo os jornais do nosso Estado, tomamos conhecimento dos principais pontos da reforma tributária.

Passo a ler para que os Senhores Deputados que ainda não tenham tomado conhecimento, possam tê-lo e para ficar registrado nos Anais da Assembleia Legislativa, aquilo que estão propondo em termos de reforma tributária para que possamos a partir de agora muito mais do que antes nos organizarmos, debatermos estes temas e realmente colocarmos os interesses do Paraná, acima de qualquer outro interesse, seja de caráter pessoal, de caráter partidário ou mesmo de caráter regional. Diz o seguinte:

(Lê):

"A proposta de reforma tributária apresentada ontem pelo Governo, prevê as seguintes medidas:

1. O Governo poderá criar empréstimo compulsório se considerar que a situação econômica exige a absorção temporária de poder aquisitivo."

Quer dizer, volta a perspectiva do famigerado imposto compulsório que tantas e tantas vezes já sugou o dinheiro do trabalhador brasileiro.

"2. Será facultado à Receita Federal requisitar nos termos da lei, informações sobre as operações financeiras dos contribuintes."

Aqui está evidentemente a quebra do sigilo bancário.

"3. A União passa a tributar também os serviços importados.

4. As operações interestaduais de energia elétrica, aqui é que está o nó da questão, companheiros, as operações interestaduais de energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos são tributados com o ICMS Federal.

A Receita resultante dessa tributação será atribuída aos Estados consumidores."

Então mais uma vez o ICMS que poderia ficar no Paraná com a geração de energia que exportamos, não ficará neste Estado. Será tributado, a partir de agora sim, será tributado, mas o ICMS ficará com os Estados consumidores e não com o Estado produtor.

5. A partir do exercício financeiro de 1996 os Estados e o Distrito Federal passarão a cobrar e fiscalizar o Imposto Territorial Rural ITR e os municípios ficarão com 25% da Receita.

Mais uma vez a manifestação dos Senhores Prefeitos não é atendida nessa proposta, porque a vontade dos Senhores Prefeitos é que o Imposto Territorial Rural seja ele municipalizado, seja ele atribuído aos municípios para que possam ser uma fonte de renda permanente e efetiva aos municípios e desta forma poder evidentemente ser melhor cobrado e realmente servir para alguma coisa.

6. Lei poderá definir práticas de comércio exterior danosas à economia brasileira e, para coibi-las, autorizar a cobrança direitos e a imposição de limitações e sanções, inclusive sobre importações já desembaraçadas.

7. O IPI será unificado com o ICMS a partir de janeiro de 1998. O novo Imposto terá uma alíquota nacional, que será cobrada pelo governo federal e uma alíquota estadual, cobrada pelos governos estaduais.

8. O Senado, com quorum de 3/4, é que vai fixar as alíquotas estaduais do novo ICMS. A alíquota nacional será fixada em Lei. O quorum de 3/4 equivalente a 61 Senadores, maior do que o quorum necessário para a aprovação de emenda constitucional, é defendido pelo Governo para dar maior estabilidade às novas regras do ICMS.

9. A alíquota estadual do novo ICMS será única por produto em todo o país, assim como a alíquota interestadual e a alíquota nacional.

10. A alíquota interestadual do novo ICMS, será cobrada na origem (ou seja: no estado produtor do bem), mas sua receita será atribuída ao estado de destino (ou seja, onde o bem é consumido), de acordo com regras a serem definidas pelo Senado.

Mais uma vez chamo a atenção dos Senhores Deputados para este tema. O ICMS será cobrado onde estiver sendo consumido o produto. Portanto, a energia elétrica que exportamos estará produzindo ICMS para o Estado de São Paulo. Os cereais, os produtos pecuários que produzimos fartamente neste Estado também terão ICMS cobrado aqui no Paraná, mas a Receita arrecadada será enviada para os Estados consumidores. Mais uma vez perde o Paraná por ser um Estado essencialmente produtor e não um Estado industrializado.

O Sr. Toti Colaço - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Logo na sequência, Deputado Toti.

Não haverá mais alíquotas máximas e mínimas para o ICMS, como ocorre hoje. Desta forma os Estados não terão mais autonomia para fixar alíquotas nesse intervalo. Essa redução de autonomia estadual é considerado o aspecto mais polêmico da proposta.

12. Os Estados e Municípios não poderão conceder mais aos empresários qualquer tipo de ressarcimento ou financiamento que anule, no todo ou em parte o ônus financeiro ou econômico do imposto. Os Estados e Municípios não poderão conceder mais aos empresários qualquer tipo de ressarcimento ou financiamento que anule no todo ou em parte o ônus financeiro ou econômico do imposto. De todas aquelas políticas que hoje adotam os Estados de incentivos a implantação de indústrias e de algum empreendimento terá que deixar de existir.

13. O Conselho de Política Fazendária, o CONFAZ, perde suas funções atuais, como órgão de definição de tarifas dentro dos limites de máximo e mínimo e de concessão de isenções.

14. A compensação dos Estados exportadores pela isenção do ICMS que incide sobre matérias primas e produtos semi-elaborados será feita somente até o ano 2.000, mas ela só será plena até dezembro de 1997, já em 98 ela será reduzida em 1/4, em 99 em 2/4 em 2.000 em 3/4 e finalmente a partir de 2.001 não haverá nenhuma compensação.

15. Em dezembro do ano 2.000 também acaba a atual compensação dos Estados pela isenção do ICMS para exportação de produtos industrializados.

16. A União vai perder mais 10% da receita do IPI, para compensar os Estados exportadores de matérias primas e produtos semi-elaborados, sendo que a estimativa é de que essa perda fique em torno de um bi e trezentos, um bi e quinhentos reais.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nós estamos percebendo nesta proposta de Reforma Tributária, é mais uma vez uma punição exagerada ao Estado do Paraná, porque não bastasse o fim da compensação as exportações, não bastasse a não aplicação do ICMS a energia, porque ela será aplicada mais o dinheiro não fica para nós, também com referência aos produtos semi-elaborados e o Paraná exporta algumas milhares de toneladas de produtos semi-elaborados. Realmente estamos numa situação de risco e é hora realmente do Paraná acordar, é hora realmente das lideranças políticas deste Estado se unirem para defender os interesses desse Estado, porque se hoje estamos perdendo, só com a não tributação da energia elétrica, ao redor de 400 milhões de dólares ao ano, com certeza perderemos mais de 500, mais de 600 milhões de dólares com o fim do ICMS

Curitiba, quinta, em 24.08.95

nas exportações e outros produtos.

Concedo aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Quero me associar ao seu pronunciamento e cumprimentar V.Exa. por esta exposição que faz a respeito da Reforma Constitucional que está se procedendo em Brasília.

Parece-me, Deputado Orlando Pessuti, que neste exato momento a Reforma Constitucional chegou no "x" da questão, no que diz respeito aos interesses dos Estados e dos Municípios em que pese que todos os itens abordados por V.Exa., estão no Congresso Nacional já em tramitação, fala-se muito pouco a respeito dos municípios brasileiros.

O que o Paraná perde V.Exa. já há muito tempo vem debatendo esse assunto, já foi matéria discutida em fórum e seminários no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, através do Conselho Parlamentar do Sul, através dessa Casa já vários pronunciamentos foram feitos através do bloco, através de outros Parlamentares e através do nosso Presidente Aníbal Khury, inclusive nesse momento, até faria uma sugestão ao nosso eminente Presidente, que pudesse, como ele é Presidente do nosso Poder da Assembléia Legislativa, manter um contato permanente com o Congresso Nacional, com a nossa Bancada, porque aquilo que V.Exa. a análise que faz a respeito da Reforma Tributária é realmente preocupante para os Municípios e para o Estado do Paraná.

Acho que a Assembléia Legislativa e as Bancadas aqui com assento nesta Casa, deverão manter contatos com suas Lideranças em Brasília e fazer com que nos sejamos informados diariamente dos passos que as Comissões estarão dando a partir de agora no que diz respeito a Reforma Tributária lá no Congresso Nacional. Dia 30 nós teremos um encontro lá em Brasília, a Associação dos Municípios do Paraná e também nós aí representando a Casa, eu, o Deputado Algaci Túlio, Deputado Luiz Carlos Zuk, já conseguimos uma audiência com o Ministro da Agricultura, antes temos um encontro com mais de 300 Prefeitos do Brasil todo no ANEXO IV lá em Brasília, para tratarmos exatamente deste assunto.

Mas me parece que esse encontro nosso, vai ser um encontro rápido apenas de um dia. A Bancada nossa deveria de manter um contato todas as segundas-feiras, um dos Deputados Federais que representa o Paraná ou um dos Senadores estará presente conosco aqui na Assembléia Legislativa, porque eles não tem sessão no Congresso Nacional. Poderia perfeitamente ou um Deputado Federal ou um Senador abrir-se um espaço aqui na Sessão Ordinária aqui nessa Casa de Leis para que eles pudessem expor o anda-

mento da Reforma Tributária e levar com muito mais segurança a preocupação que nós Parlamentares estamos vivendo o dia a dia nas nossas bases principalmente mantendo contato com os nossos Municípios. Colocaria até como sugestão a V.Exa. pudesse até formalizar, ou nós formalizarmos este convite a Bancada nossa para que eles pudessem estar aqui todas as segundas-feiras. um Deputado Federal ou um Senador, abrindo esse espaço e eles nos passariam o andamento da Reforma Tributária que acontece hoje em Brasília.

Cumprimento V.Exa. por mais uma vez vir a essa tribuna e levantar esse assunto que há muito tempo V.Exa. vem debatendo e trazendo a sua preocupação a toda essa Casa e a todos os paranaenses.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço V.Exa.

Deputado Toti Colaço, e a intenção do nosso pronunciamento no dia de hoje é nos somarmos a tudo aquilo que já foi dito aqui nesta Casa, ontem mesmo o Deputado Élio Rusch registrava nesta Casa o Editorial do nosso amigo Jornalista Reginaldo Daniel da Rádio Exclusiva FM, onde ele manifestava também a sua preocupação as questões ligadas ao Estado do Paraná, dentro de um manifesto por ele intitulado "Acorda Paraná". Devo dizer que antes de ontem quando estivemos com o Deputado Cezar Silvestri, estivemos participando de um debate por cerca de uma hora naquela emissora de rádio e naquele momento assumimos inclusive o compromisso de repassar aquele Jornalista todas as informações a respeito dessa questão ICMS e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para que ele possa também com bastante propriedade como é do seu costume levar ao conhecimento de toda população do Paraná o grave drama que vive o nosso Estado pela perda permanente de arrecadação em função de medidas econômicas que se adotam nesse País.

Costumo dizer isso, que a todo o instante atacamos os Ministros da Agricultura desse País, foi com Amauri Stabler, foi com Nestor, Pedro Simon, foi com Nurian que ficou lá um dia, foi com o Cabreira, foi com Lázaro que passou por lá e agora também com o José Eduardo. E sempre tenho dito que o maior problema da agricultura brasileira, não são os produtores e não é o Ministro da Agricultura. São as medidas econômicas que se adotam neste País e que acabam por penalizar o setor produtivo.

Agora, fica aqui mais um exemplo, novas medidas econômicas neste País que virão mais uma vez prejudicar o Paraná. Não basta o prejuízo do ICMS da energia elétrica que durante todo esse período, 89, 90, 91, 92, 93, 94 e 95 não se cobrava e agora, quando se anuncia que vai se cobrar

o ICMS, ainda aí ele não ficará para o Estado do Paraná.

É mais uma vez uma espada que se coloca no peito ou um punhal que se crava nas costas do povo paranaense, essa proposta de reforma tributária. Por isso temos que ficar atentos, e a nossa sugestão, Deputado Toti Colaço, é que o Bloco Agropecuário que representa nesta Casa a manifestação política do setor Agropecuário, o Bloco Parlamentar Municipalista que representa a preocupação do municipalismo do nosso Estado, associado à Presidência da Casa através do ilustre Parlamentar Anibal Khury, que possamos organizar para os próximos dias, um fórum de debates, trazendo para cá Deputados Federais, Senadores, envolvendo o setor produtivo do nosso Estado. representativo do setor Agropecuário, representantes do municipalismo, das entidades comerciais, industriais, prestadores de serviços do Paraná, para que possamos analisar com bastante profundidade todos os efeitos, todos os danos, todos os prejuízos que essa proposta de reforma tributária trará ao Paraná.

Vamos repetir de novo, Deputado Anibal Khury aquilo que fizemos em dezembro de 88 e janeiro de 89, quando incumbidos que fomos na condição de presidente do Bloco Agropecuario, de aqui realizarmos reuniões com entidades do Estado do Paraná para escrevermos e votarmos a lei do ICMS estadual que posteriormente mereceu a nossa lei, a lei da Assembleia Legislativa do Paraná, mereceu um destaque nas páginas da revista Veja pela sua qualidade, pelo seu equilíbrio, fruto que era de um entendimento posterior a uma ampla discussão com mais de 60 entidades representativas do setor produtivo, comercial, industrial e prestador de serviço que se somou aos setores do governo e do parlamento estadual para, naquela época, janeiro de 89, escrever a Lei do ICMS 8933 que estaria até hoje, servindo ao Estado do Paraná.

A nossa sugestão é essa: vamos Deputado Toti Colaço, Vossa Excelência e os Deputados do Bloco Municipalista. Vamos, nós do Bloco Agropecuário, nos somarmos ao Presidente e fazermos aqui nesta Casa, um fórum para discutirmos essa questão tributária e vamos, quem sabe, fazer isso que Vossa Excelência diz, todas as segundas-feiras reservar o espaço do grande expediente para que um deputado federal, um senador do Paraná possam vir aqui e dizer a como é que está a reforma tributária tramitando lá em Brasília, quais são os pontos conflitantes, qual é o pensamento do povo do Paraná.

Vamos sim, ficar acordados, mas atuantes, presentes neste momento de grande importância para o País, sem sombra de dúvida, mas de grande importância e perigo pa-

ra o Paraná, porque se o Paraná, que já perde 400 milhões, vier a perder mais 300 milhões por causa da modificação tributária, aí com certeza o Paraná será um Estado falido, porque estará perdendo em um único mês, num único ano, alguns milhões de dólares que seriam importantes para o Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Queremos apenas testemunhar o trabalho que Vossa Excelência tem realizado no Bloco Agropecuarista aqui da Assembleia Legislativa. Desde 91 quando assumimos pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa, V.Exa. sempre defendia as causas da agricultura do nosso Estado e porque não dizer, do nosso Brasil.

Somos testemunhas das inúmeras viagens que V.Exa. também fez a Brasília, das mais diversas autoridades que V.Exa. tem convidado e convocado para vir à Assembleia Legislativa, quando o Senhor era Coordenador desse Bloco e mesmo quando V. Exa. era Presidente da Assembleia Legislativa, foi elaborado aquele projeto agrícola do Estado do Paraná, e muito bem V. Exa. tem frisado que tem merecido destaque nacional, e não só no meio agrícola que V. Exa. tem se destacado, mas tem se destacado também em brigar pelas grandes causas do nosso Estado, em relação a imunidade do ICMS, as grandes perdas que o Estado do Paraná tem; e mais recentemente, quando V. Exa. tem participado de diversos programas na rádio, na televisão, e mesmo as suas manifestações na imprensa.

Tem causado também a sua preocupação na reforma tributária que deve ser votado agora nos primeiros dias no Congresso Nacional. Se o Paraná não ficar atento, se nós não nos unirmos, isso que V. Exa. tem dito, isso que frisamos também, muitas vezes brigamos pelas questões pequenas e nos esquecemos das grandes questões, e isso que o Estado não pode perder, diante disso não podemos cruzar os braços. Apenas para enaltecer o trabalho que V. Exa. fez aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e tem levado esse trabalho avante, fora do nosso Estado, tem debatido isso com outras Assembleias Legislativas, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo em Brasília.

Acompanhamos V. Exa. somos testemunha desse trabalho, e oxalá se todos os políticos do nosso Brasil, principalmente o nosso Estado pensassem da forma como V. Exa. tem pensado e tem agido em favor das causas que interessam ao nosso Estado, porque só vamos construir um Estado forte, um País forte a partir do momento que o Governo vai investir efetivamente no setor produtivo, e para investir no setor produ-

tivo, só temos dois setores: ou investimos na indústria, ou investimos na agricultura, que é a base da economia da nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vejo o seguinte

Deputado Rusch, que essa defesa que todos nós, os paranaenses, teremos que fazer do nosso Estado e da nossa economia, pode até num determinado momento se assemelhar a toda aquela briga, toda aquele movimento que fez o Senador baiano na defesa do seu Estado, só que com uma diferença muito evidente: lá eles estavam defendendo o produto de um roubo, não de um rombo, mas de um roubo que o Banco Econômico fez em cima dos correntistas daquela entidade no Brasil inteiro.

Então, eles estavam defendendo um roubo, e aqui estaremos defendendo aquilo que querem nos roubar, estaremos defendendo o que é nosso, não aquilo que roubamos dos outros. Então, temos que ser sim corajosos, temos que ter desprendimento, ir a luta porque estão querendo tomar alguma coisa de nós, do nosso Estado, dos nossos familiares, da nossa gente, fruto do nosso trabalho. E isso tenho certeza que não irá envergonhar ninguém pelo contrário, irá dignificar, porque estamos defendendo aquilo que querem nos roubar, não aquilo que porventura tivéssemos roubado de alguém, como é o caso lá do Banco Econômico da Bahia.

Concedo um aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Pessuti, nós, que fazemos parte do Bloco Municipalista e também do Bloco Agropecuário, acho que teremos algumas dificuldades nessa questão, principalmente na reforma tributária.

V. Exa. sabe do anseio de todos os produtores rurais, principalmente das entidades que representa o setor, as cooperativas, OCEPAR e todos esses outros órgãos, com relação a extinção do ICMS nos produtos de exportação, principalmente nos produtos como soja, enfim, produtos de exportação da agropecuária.

Logicamente quem perde muito com isso é o Estado do Paraná que produz aí 25% da produção nacional de grãos. Mas em contrapartida também temos que ter a precaução que o Estado do Paraná não perca com isso.

Então, acredito que o nosso grande trabalho nesse sentido é de que haja realmente, uma compensação do Estado do Paraná assegurado em lei, para que não precise todo o mês o Estado ficar de "pires na mão" junto ao Governo Federal reivindicando o que é de direito. Mas acredito que

para que possamos viabilizar a agricultura em nosso País, principalmente com essa abertura do MERCOSUL, sem dúvida nenhuma há necessidade de que retiremos o ICMS dos produtos agrícolas. Até porque recebi há dias atrás alguns dados que nos diziam o seguinte: a Argentina, por exemplo, 12% da produção agrícola é tributada. Então 12% o peso dos tributos na produção agrícola. E aqui em nosso país chega em torno de 32, 33%.

Então há necessidade de se retirar o ICMS na exportação dos produtos agrícolas. Mas, em contrapartida, como Vossa Excelência está defendendo essa questão que acho que é uma defesa que todos devemos nos somar, nós devemos assegurar que haja essa compensação por parte do Governo Federal no Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Cezar Silvestri pelo aparte.

Então ficaremos atentos para que esta reforma que se propõe ao país não venha prejudicar mais o Estado do que já prejudicou. Disse com conhecimento de causa o Deputado Cezar Silvestri, no que diz respeito ao ICMS da exportação. O Estado do Paraná realmente é um Estado exportador de produtos agrícolas. E o setor agrícola não pode continuar pagando o preço que paga, não só no que diz respeito às exportações, mas principalmente aqui dentro. Porque o produto agrícola é bi, é tri, é muito tributado. Vem o insumo que já é tributado, se transforma em milho que é tributado, que se transforma em farinha que é tributada e assim vai. Então temos que acabar com isso. Porque com certeza a carga tributária dentro do País na questão dos produtos agrícolas, realmente inibe, em muito, o crescimento desse setor e, principalmente, faz com que o produtor rural tenha cada vez menos condições de competir com os outros setores. Basta vermos o que acontece hoje com a participação na receita estadual: quando em 87 o ICMS tinha no setor primário uma participação de 25%, hoje tem apenas 10%. O Paraná deixou de produzir? - Não! O Paraná deixou de exportar? - Não! Os preços dos produtos agrícolas é que perderam o valor. Basta ver o que aconteceu nesta safra: 7 milhões a mais de toneladas produzidas, 5 bilhões a menos faturado.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Me concede um aparte?

(Assentimento)

Só queria em 30 segundos parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e estive discutindo com algumas pessoas em relação ao anúncio dessa reforma tributária que está em curso no Congresso Nacional. O Paraná perde, Deputado Cezar Silvestri, se forem

isentas nas exportações 140 milhões de reais/ano, aproximadamente. Em conta dessa política da reforma tributária se houver a isenção das alíquotas nas exportações.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E, realmente, iremos nos manifestar outras vezes e tenho certeza que esta Casa estará atenta e vigilante na condução da reforma tributária no país. Porque se permitirmos que isso aconteça, com certeza o Paraná estará vivendo dias realmente terríveis daqui para frente, caso essas medidas sejam implantadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que em entendimentos mantidos com o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio e outras lideranças, vai solicitar ou vai nomear um dos maiores tributaristas do país para assessorar a Assembléia. Trata-se do ex-Secretário da Fazenda Dr. Eron Arzua.

Com a palavra o Deputado Nelson Justus, no Horário do PTB.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, como Presidente Regional do PTB, com muita honra ocupo esta tribuna neste momento e peço respeitosamente a atenção de todas as Excelências aqui no Plenário para que juntos pudéssemos homenagear alguém que plantou a sagrada semente e que saiu da vida para entrar na história no dia 24 de agosto de 1954.

(Lê):

"A Sagrada Semente

'...saio da vida para entrar na história'.

24 de agosto de 1954!

'Deitado eternamente em berço esplêndido', o Brasil despertou para um dos mais negros dias de suas história!

Por suas próprias mãos, deixa o convívio dos vivos, um dos mais hábeis estadistas deste século: Getúlio Vargas, Presidente do Brasil, está morto!

Seria pretensão minha, analisar aqui, a trajetória brilhante deste político, que mudou os destinos de nosso País.

Porém, nas décadas de 30 e 40, éramos uma nação pessimista, pobre, marcada por preconceitos.

Nada, ou quase nada havíamos progredido em meio século de República.

O sistema educacional era precário.

Nossos problemas sociais eram alárman-

tes!

Éramos uma nação sem motivação psicológica, sem confiança em si mesma. Apenas uma ínfima classe vivia num ufanismo ilusório! E no meio de um caos político e social, surge a figura hábil e patriótica de Getúlio Vargas.

Muitos condenam seu autoritarismo! Porém a real história não pode nunca ser escrita por contemporâneos.

Hoje, 40 anos após, colhemos os frutos deste brasileiro, que permitiu que nós nos constituíssemos em uma nação!

Vargas implantou, com imensas dificuldades, a legislação trabalhista, despertando a confiança do homem brasileiro em suas próprias potencialidades!

Foi com Vargas e a partir dele, que se iniciou e houve a reformulação educacional na Brasil.

Ele foi o grande estimulador da consciência democrática, retornando ao poder "nos braços do povo"!

O estímulo ao civismo e amor à terra, hoje tão esquecidos e desmerecidos, eram marcas patentes de seu governo!

Na grande transformação que houve e neste salto enorme que o Brasil dá para o futuro, existe sempre a presença dos ensinamentos de Getúlio Vargas.

Seu exemplo é como a chuva fina e persistente, que pouco a pouco embebe a terra, nela formando lençóis d'água, e que na época da seca, vão nutrir as fontes!

"TRABALHADORES DO BRASIL!" era o seu slogan, e assim iniciava sempre seus discursos.

Sua grande preocupação era o social. Era o homem brasileiro, de todos os sangues e cores!

E sobre toda esta gente brasileira, sempre o mesmo amor à terra!

E foi este amor ao homem e à terra, que o levou a fundar o Partido Trabalhista Brasileiro, o glorioso PTB de nossos dias, e que sem dúvida alguma, saberá honrar o nome e os ensinamentos de seu fundador!

E ao entrar na história, poderíamos repetir os versos de Bilac:

'Morre! Germinarão as sagradas sementes!'

'Dentro do coração da Pátria, viverás!'

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa Presidência anuncia a presença do Vereador Misael Pereira, Secretário da Câmara Municipal de Cascavel, e de Severino Folador (?), popular "Gralha", Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, a convite do Deputado Edgard Bueno.

Edno Guimarães com a palavra.

O SR. EDNO GUIMARAES - Sr. Presidente, de mais companheiros Deputados aqui presentes, Deputada Irondi Pugliesi, Senhores e Senhoras.

Estamos com um Projeto de Lei na Ordem do Dia de hoje e para o encaminhamento desse projeto queria passar algumas informações a mais aos companheiros Deputados, e também agradecer o espaço do Valdir Rossoni, nosso Deputado Líder do PDT, que me concede esta hora.

(Lê):

"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 283/95

SÚMULA: Cria a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme especifica.

Art. 1° - Fica criada a "Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná", integrada pelos seguintes municípios: Jussara - Cianorte - São Tomé - Terra Boa - Japurá - Indianópolis - Rondon - Guaporema - Cidade Gaúcha - São Manoel do Paraná - Tuneiras do Oeste e Tapejara.

Art. 2° - Fica designada para sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, AMENORTE, a Cidade de Cianorte.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) EDNO GUIMARAES

Deputado Estadual - PDT"

Cianorte é uma cidade hoje que tem mais ou menos oitenta mil habitantes, mas nessa região que está sendo proposta a criação agora, espero que os companheiros Deputados votem favorável, e depois que o Governo sancione essa lei, temos hoje mais de duzentos mil habitantes, é uma região rica do Noroeste do Paraná, apesar das dificuldades que estamos atravessando, mas só na sede do Município, hoje temos, meu caro Deputado Tureck que é de Campo Mourão, e também Walmor Trentini de Paranaíba, Nelson Garcia de Umuarama, e também os Deputados de Maringá aqui presentes alguns, o Nerone, e também o Deputado Joel Coimbra e Marquinhos Alves.

O Noroeste do Paraná hoje possui quase dois milhões de habitantes, e nessa microrregião hoje, que estamos propondo a criação, congrega mais de duzentos mil habitantes.

Para facilitar o trabalho de desenvolvimento da região, com a instalação de órgãos representativos do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal no Município de Cianorte, já possui uma certa estrutura. Os trabalhos dos prefeitos da região serão imensamente facilitados nas so-

luções de problemas comuns, favorecendo e agilizando os projetos inerentes a esses municípios. A criação desta microrregião é de alta importância a toda essa comunidade, visto que as mesmas estão ligadas a AMERIOS, nessa proposta nossa então, AMERIOS, que hoje congrega 30 municípios, cederia onze à AMENORTE e à COMCAM, Terra Boa passaria a nossa microrregião, então somando, daria os doze municípios.

Sendo composta por mais de três dezenas de municípios, cuja sede situa-se em Umuarama. Tal desmembramento carreará inúmeros benefícios para os mais diversos setores das administrações municipais.

Outrossim, a Cidade de Cianorte, futura sede da AMENORTE, já está servida por núcleos. A estrutura que já temos em nosso município que será sede, se de fato esse sonho nosso for confirmado, com os votos dos meus companheiros Deputados e também a sanção do Governo do Estado. Já temos então na Regional da Secretaria de Educação e também do Emprego e Relações do Trabalho, instalado em Cianorte, temos a Regional de Saúde, prédio próprio, que já atende esses municípios. Também temos a construção do prédio da CIRETRAN quase pronto, será inaugurado no mês de outubro, graças ao Governo Jaime Lerner, que liberou recursos e era também uma reivindicação dos nossos munícipes da região de mais de 12 anos que vinham prometendo e as vezes fazendo campanha em cima desse projeto, hoje passa a ser uma realidade.

Prédio próprio da CIRETRAN, nós temos também prédio próprio da EMATER e também a Delegacia da Polícia também área Federal, temos a junta de Conciliação e Julgamento, prédio próprio, Tiro de Guerra, prédio próprio, temos uma grande agência do INSS também prédio próprio nessa cidade.

Cianorte polarizará a região que conta com 200 mil habitantes, distante das cidades de Umuarama que é a sede da microrregião AMERIOS 80km, nós estamos distantes de Paranaíba 90km; de Maringá (AMUSEP) 70km e também da COMCAM 70km.

Temos a extensão da Universidade Federal de Maringá, temos um grande investimento nesta área feito também pelo município, aonde temos adquiridos 8 alqueires e meio de áreas e temos mais de 3.000 metros de construção, aonde funcionam alguns cursos.

Temos um grande viveiro de mudas de árvores florestais de mais de 3 milhões de mudas lá em Cianorte, atende toda aquela região.

Temos o Terminal Ferroviário em Cianorte que também tem uma movimentação grande, por isso estamos propondo uma reivindicação de muito tempo e que nós estamos ficando para trás e agora esperamos a compreensão de todos e também da visão que

vai facilitar o atendimento aos interessados porque vamos passar a ter essas representações do Estado em nossa Microrregião. Facilitando assim a criação, o trabalho desenvolvido naquela região. E também com as dificuldades financeiras que o Paraná e o Brasil vem atravessando esse descalabro. Acreditamos que a maneira de nos dar alguma coisa em troca e reiniciar daqui para frente. Poderá haver a retomada do crescimento do Noroeste do Paraná, ou seja da nossa microrregião a partir dos benefícios que o Governo vai nos dar, que tenho certeza que com a ajuda de vocês, as Lideranças de todos os Partidos, a responsabilidade que temos junto ao povo paranaense, para que tenhamos o desenvolvimento à altura de tudo aquilo que nós propomos durante a campanha e espero a ajuda de todos os companheiros Deputados e da S. Excia. Deputado Anibal Khury e de toda a Mesa.

Contamos com o apoio e estamos certos de que teremos em breve a Amenorte criada mais uma microrregião. Que lá temos a microrregião 9, 10, 11, 12, teremos então a 5ª microrregião no Noroeste do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, com muito orgulho que subo mais uma vez a essa tribuna e ouvi aqui a preocupação dos Senhores Deputados. Ouvimos a palavra do Deputado Orlando Pessuti preocupado com a Agricultura, preocupado com a arrecadação, preocupado para que esse Estado do Paraná não perca a sua arrecadação. Essa é a verdadeira política, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um Parlamentar preocupado, o Parlamentar tentando e querendo ajudar o povo do Paraná e com isso está ajudando o nosso Governo.

Hoje o Paraná que conta com trinta Deputados Federais e que todos eles, tem dado apoio essencial ao Governo do Paraná lá em Brasília, para que o Paraná seja um Estado de verdade e hoje após esse pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, quero aqui dizer que é a política do feijão com arroz, aquela política que trás benefícios e trás resultados. Porque nós, não podemos, não podemos mais admitir que numa Reforma Tributária se tire as riquezas do povo do Paraná e que vão dar aos Estados do Nordeste. E uma coisa que deveria ser feita na Reforma Tributária Senhores Deputados, como é que pode um Senador do Paraná, do Rio Grande, de Santa Catarina que precisa tirar um milhão de votos e nós vemos Senadores nesse Brasil de Estados eleitos com oito mil votos, e nós do Paraná temos trinta mil votos. É por isso que o

Sul, que é o Rio Grande, que é o Paraná, que é Santa Catarina nós estamos perdendo muito os recursos, porque a nossa representatividade aqui é menor. Foi isso o que aconteceu quando o Paraná perdeu o ICMS da energia elétrica que o povo do Paraná paga, vai para São Paulo e não temos retorno, porque não temos representatividade e somos menores. Precisa uma reforma para que todos os Estados tenham o número de Deputados conforme o número de habitantes. Não podemos concordar que Amapá, Rondônia tenham mais Deputados que nós. Por isso as verbas não chegam ao Paraná, à Santa Catarina e Rio Grande, porque vão para o Nordeste.

Quero me solidarizar com o pronunciamento do Deputado Edno Guimarães, meu companheiro e me orgulho de ter um Deputado que vem votando à favor do governo, da nossa região, e do povo de Cianorte. Parabéns porque soube escolher um deputado que foi um grande prefeito, que desenvolveu e transformou a região de Cianorte e hoje o Deputado Edno Guimarães tem o apoio desta Casa de Leis para a criação desta nova região, no norte, para ter infra-estrutura mais perto daqueles municípios e V.Exa. terá o apoio do governo do Estado. É a política da verdade, da sinceridade.

Quero dizer a respeito de vermos o nosso nome, aonde diz no Diário da Manhã, o jornal dos Campos Gerais: "..., Tureck confirma, arma de campanha". O que eu falar, assino em baixo e o que eu falar, nem que seja para morrer afogado, morro afogado, porque as verdades devem ser ditas. Eu dizia na Rádio Colméia de Campo Mourão, a respeito do governo do Paraná que tem dado prioridade a todos os Municípios do Paraná e onde dizia que prefeitos que não apoiaram o governo do Estado, ganharam convênio do Banco Mundial; outros, do Paraná Rural, outras da Vila Rural, dos barracões industriais e dizia no Programa Anísio Moraes em Campo Mourão, quando dizia que o diretor geral do DER estará na nossa região para ver os trechos de pavimentação daquele programa para implantação do asfalto

3.6 e onde foram beneficiados: Peabiru, Campo Mourão, Loisiânia e Goioerê e fui abordado e o cidadão dizia: "Mas por que só está saindo nesses trechos?" "Porque foram esses os prefeitos que apoiaram o governo Jaime Lerner?" Eu disse: "O Governo do Paraná não tem política administrativa de dividir."

É um governo de somar e outros municípios já tiveram seus benefícios e que agora nada mais do que justo, a palavra de Nelson Tureck, de todas as prioridades também levar essa ao Município de Peabiru, Campo Mourão, Goioerê e Loisiânia e as interpretações já foram para o outro lado. Isso é política mesquinha, pequena. Temos

Curitiba, quinta, em 24.08.95

que nos preocupar com a política do Paraná. Como o Deputado Pessuti veio ao Palácio hoje. Não é política de listinha. Não interessa se é "Lista de Schindler" ou é lista negra. Para mim é "a lista do cará", quem fala é "a lista do cará", porque não tem serventia para nada. Não traz progresso, serventia, não traz progresso, futuro discutir coisas tão pequenas. Fomos eleitos para discutir coisas que o Paraná precisa na educação, na saúde, na área do desenvolvimento urbano, na área da agricultura, na área da industrialização. É para isso que nos fomos eleitos. Uma fita de um Deputado pedetista já circula nas mãos da Oposição e deve promover nova polêmica entre os parlamentares. Não quero nem discutir. Só estou hoje aqui, justificando, que essas coisas banais, pequenas devem ser banidas para sempre do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do delegado Paulo Veiga de Missal e visitantes: Irineu e Alípio de Itaipulândia a convite do Deputado Colombo.

O SR. VALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar as presenças do Vereador Iliseu Geraldo Martines Ruís também Presidente do nosso querido PDT de Tanguará.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Dr. Rosinha, Péricles de Mello, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2400, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas em 1ª discussão ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2390, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 301/95, de autoria do Poder Judiciário. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/95 de autoria do Poder Judiciário que fixa o vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **PA-RECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..** (Publ. no D.A. nº 94 de 14.08.95 - **Ofício.**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 301/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei do Tribunal de Justiça, tem por objetivo fixar vencimento de Desembargador do mesmo Tribunal. Esta Comissão se manifesta favorável à sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 301/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo fixar o vencimento de Desembargador do mesmo Tribunal.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento Favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o Regimento Interno, segue o mesmo entendimento que o da Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

Em Votação.

O SR. DR. ROSINHA - O presente Projeto de Lei nº 301/95 é sobre os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Então queríamos registrar o voto contrário da nossa Bancada a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. **Aprovado com voto con-**

trário da Bancada do PT.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 008/95 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. e C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/95 de autoria do Deputado João Techy Filho que autoriza o Poder Executivo a introduzir a disciplina de Técnicas Agrícolas e Meio Ambiente, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo**

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/95 de autoria do Deputado César Seleme que declara de Utilidade Pública Estadual a Federação das APAEs do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 48 de 10.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 164/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Federação das APAEs do Estado do Paraná.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/95 de autoria do Deputado Plauto Miró que declara de Utilidade Pública a Associação Irmãs Cavanis e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 60 de 31.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 198/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 198/95 de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró

Curitiba, quinta, em 24.08.95

Guimarães Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Irmãs Cavanis da Cidade de Castro.

Entendemos que a Proposição em pauta atende a todos os requisitos da Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, por esta razão, recebe o nosso parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 265/95 de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan que declara de Utilidade Pública a "Associação Brasileira dos Criadores de Gelbvieh - ABCG", com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 83 de 29.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 265/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 265/95 de autoria do Senhor Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação Brasileira dos Criadores de Gelbvieh - ABCG" com sede e foro na Cidade de Londrina.

Entendemos que a presente proposição atende a todos os requisitos da Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978. Por esta razão recebe o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 283/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que cria a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 90 de 07.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 283/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Edno Guimarães, tem por objetivo criar a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme especifica.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o "Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS" de Londrina. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 91 de 08.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 288/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Antônio Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS de Londrina.

Dispõe a Lei nº 6.994/78:

"Art. 1º - As Sociedades Cívicas, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório."

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2391, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2395, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2396 e 2397 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2401, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2406, 2409 e 2410, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2402, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2399, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Sâmis da Silva, Sérgio Spada e Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2405, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2407, de autoria do Sr. Deputado João Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2392, 2393 e 2394, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2404, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere e fará a verificação de Votação. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa).

Nove Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa).

Vinte Senhores Deputados. **Rejeitado.**
Mantida a rejeição.

O SR. DR. ROSINHA - Então vamos estatizar a INPACEL também, dá prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 2366, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2364, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2377, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, o requerimento anterior se referia a primeira convocação do Miguel Salomão, digno Secretário de Finanças do Estado do Paraná, com relação a essas informações que temos recebido e auxílio que o Governo do Estado, suposto auxílio que o Governo do Estado daria a essa empresa INPACEL.

Esperávamos realmente um processo de transparência do Governo do Estado em dar as explicações, haja vista uma série de desculpas, dado ao não envio de verbas a vários setores prioritários da assistência social, educação, saúde do Estado do Paraná e no entanto vemos aí divulgado amplamente na opinião pública, a opinião pública nos cobra essa questão do Governo do Estado socorrendo mais uma empresa privada que nas teses (?) liberais uma empresa privada que tem competência, que consegue suplantiar todas as dificuldades.

Então, essa justificativa, essa explicação que nós gostaríamos de ter. Por isso encaminhamos esse requerimento para que o Governo dê explicações formais sobre o caso. Se nada tendo para socorrer a empresa ele responda nesse requerimento e nos daremos por satisfeitos, se ele tem nós queremos saber os termos da cooperação que se faz com essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

Requerimento n° 2365, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante

do expediente de sessão anterior. **Deixa de receber.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Diante da solicitação de V.Exa. na Sessão de ontem, em entendimento com as Lideranças Partidárias estamos encaminhando à Mesa, os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial de Reforma a Constituição no que diz respeito a proposta de inclusão do transporte escolar nas despesas com educação. Pelo PFL Deputado Basílio Zanusso, pelo PTB Deputado Eduardo Trevisan, pelo PDT Deputado Edno Guimarães, pelo PP o Deputado Sérgio Spada e pelo PMDB o Deputado Toti Colaço. Esse foi o entendimento das lideranças e que está sendo encaminhado por escrito à Mesa para as providências.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Desde que seja encaminhado por escrito tudo certo.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após ao término desta com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 301, 164, 198, 265, 283 e 288/95.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 28 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 301, 164, 198, 265, 283 e 288/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 090, 128 e 162/95.

Levanta-se a sessão.